

Conflitos territoriais e racionalidades divergentes: contribuições da Geografia escolar para luta e (re) existência dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul

Solange Rodrigues da Silva

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) – Oiapoque, Amapá, Brasil.

e-mail: so_ufms@hotmail.com

Flaviana Gasparotti Nunes

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.

e-mail: flaviananunes@ufgd.edu.br

Resumo

Neste artigo apresentamos algumas reflexões sobre as possíveis contribuições da Geografia escolar enquanto elemento potencializador para reafirmação da identidade Guarani e Kaiowá, e, por conseguinte, para a luta pela retomada dos territórios por eles ocupados tradicionalmente. A partir de algumas narrativas míticas Guarani e Kaiowá, de relatos de mestres tradicionais e lideranças políticas destas etnias, em diálogo com conteúdos trabalhados pela Geografia escolar, apontamos as possibilidades desse conhecimento auxiliar os alunos das escolas indígenas na compreensão da situação de Reserva a que foram e/ou estão submetidos, bem como na importância da luta para retornar ao seu território.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; localização; Conflitos Territoriais.

Territorial conflicts and divergent rationalities: school geography contributions to the fight and (re) existence of the Guarani and Kaiowá from Mato Grosso do Sul

Abstract

In this paper we present some reflections on the possibilities that school geography has, from its essence (localization), to contribute as a potentiating element to the reaffirmation of the Guarani and Kaiowá identity, and, consequently, for the fight to reclaim their traditionally occupied territories. Based on some mythical Guarani and Kaiowá narratives, information by traditional masters and political leaders of these ethnic groups, in interchange with contents by school Geography, we pointed out the possibilities that this knowledge has to help the indigenous school students in understanding the situation in which the Reserve where they were and/or are inserted, as well as the importance of the struggle to return to their territory.

Keywords: Geography Teaching; location; Territorial Conflicts.

Conflits territoriaux et rationalités divergentes : contributions de la géographie scolaire pour la lutte et (re) existence des Guarani et Kaiowá des Mato Grosso do Sul

Résumé

Dans cet article nous présentons quelques réflexions sur les possibilités de la géographie scolaire, a partir de son essence (localisation), de contribuer en tant qu'élément potentialisateur à la réaffirmation de l'identité Guarani et Kaiowá et, par conséquent, à la lutte pour la reprise des territoires traditionnellement occupés pour eux. Sur la base de récits mythiques Guarani et Kaiowá, des rapports des maîtres traditionnels et des leaders politiques de ces groupes ethniques, en dialogue avec les contenus travaillés par la géographie scolaire, nous avons souligné les possibilités de cette connaissance aider les élèves des écoles indigènes à la compréhension de la situation de Réserve à laquelle ils étaient et/ou sont soumis, ainsi qu'à l'importance de la lutte pour retourner sur leur territoire.

Mots-clés: Enseignement de la géographie; localisation; Conflits Territoriaux.

Introdução

Assim como Santos (2016), partimos do entendimento de que a principal questão colocada para a Geografia relaciona-se ao onde das coisas, dos homens, das relações que estabelecemos com o mundo, compreendendo que “identificando a localização dos objetos e dos processos que a eles estão associados, podemos aprimorar nossa capacidade de reconhecermos o *onde* de nós mesmos e dos outros” (SANTOS, 2016, p.6).

Este entendimento aproxima-se das ideias do professor kaiowá César Benites¹, para o qual a Geografia é o “carro chefe” da educação escolar indígena, uma vez que ela está relacionada à localização, ou seja, à forma de olhar a terra como ferramenta de sobrevivência:

Por exemplo, os rios, a vegetação, o clima, o relevo. Tudo isso era importante para os Guarani e Kaiowá ocuparem seu território, próximos aos rios, com solos férteis para plantar, vegetação e clima propícios para sobreviver, a caça, a questão dos rios, a pesca, água. A Geografia é importantíssima para o indígena, porque a partir daí ele vai conhecer a sua localização, entender o porque hoje nós estamos vivendo em um lugar, onde não existe rio, em um espaço reduzido (Professor Cesar Benites, em entrevista pessoal no dia 24/11/2015 *apud* SILVA, 2018, p. 228).

Ainda nesta direção, destacamos também os argumentos apresentados por Dona Floriza – Ñandesy Kaiowá² –, que ressaltou a importância das crianças e jovens indígenas compreenderem o processo que os levou a viverem em reservas e as consequências desta localização para reprodução do modo de vida Guarani e Kaiowá:

[...] as crianças, os jovens precisam saber do seu passado, saber que a parteira plantou a placenta num dos pilares da casa e que parte de nós vivos está enterrado nas terras que hoje estão nas mãos dos *karaí* (não índios), e que nós lutamos para recuperar (Fala concedida durante aula de campo realizada no dia 25/08/2015 *apud* SILVA, 2018, p. 229).

¹ César Benites é diretor da Escola Municipal Indígena Agustinho, localizada na Aldeia Bororó, na Reserva Indígena de Dourados (MS).

² Ñandesy Floriza, rezadora Kaiowá, reside na Reserva Indígena de Dourados (MS).

Em vista destes elementos, um ponto de partida para a compreensão da importância da luta dos Guarani e Kaiowá para retomada dos territórios que tradicionalmente ocupavam, seria, ao nosso ver, instrumentalizar as crianças e jovens nas escolas indígenas para que possam responder algumas perguntas próprias da Geografia: “Onde?” Por que nesse lugar? Como é esse lugar? (CAVALCANTI, 2012).

As consequências do processo de desterritorialização dos *tekoha* e territorialização precária na Reserva, são amplamente destacadas por Dona Floriza:

(...) a gente vivia muito bem porque a gente tinha bastante futuro, que eu conheci aonde eu nasci ali no guachi no guarussu. E como que eu vim ficar aqui na beira da estrada? [Em referência a rodovia que corta a reserva indígena de Dourados]. Eu não tenho mais *tekoha*, não tenho mais terra grande pra plantar, pra trabalhar, e onde eu vou colocar minha netaiada, meu filho, minha filha? Lá quando a gente morava lá... Eu não sei se você chegou a conhecer o guavira vermelha árvore grande ali tinha bastante. Até agora eu tava vendo, a coisa acabou. Aqui a terra é muito pequena com duas mãos nós podemos pegar tudo. Eu nasci aqui na reserva, ali no guarussu, que chama sardinha né. Quando eu tinha 10 anos a eu vejo ainda as coisas eram muito boa, ainda tinha mata, tinha muita caça, agora hoje em dia não. Meu pai plantava abóbora, milho verde, a gente plantou dois caroços de milho saboró e aí levantou aquela semente tão bonita e vistosa. Naquele tempo não tinha agrotóxico, e aí o tempo foi passando e foi trocando nossa semente, e como agora a gente vê um monte de semente. Nossa veia que corre no corpo corre água, e ela quer entupir. Naquela época a gente adorava guarirorim, suco de guariroba, de pindó, maracujá, macuray, e não tinha desnutrição não. (Ñandesy Floriza, em entrevista pessoal concedida no dia 10/05/2017 *apud* SILVA, 2018, p. 229)

O relato de Dona Floriza pode ser o ponto inicial para que o professor instigue os alunos a buscarem respostas aos três questionamentos próprios da Geografia, anteriormente destacados. As problemáticas relatadas pela Ñandesy resultam de uma política arbitrária imposta pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que sem qualquer reconhecimento dos territórios de ocupação tradicional indígena, realizou a escolha das áreas para construção das Reservas (onde?), negligenciando a importância dos territórios de ocupação tradicional para a (re)produção social do modo de vida Guarani e Kaiowá. (Como é esse lugar? Por que nesse lugar?)

Ao analisarmos os conteúdos da Geografia presentes nos Projetos Político Pedagógicos das escolas indígenas de três municípios de Mato Grosso do Sul (Amambai, Dourados e Caarapó), identificamos que grande parte dos conteúdos/assuntos permitem o diálogo com as distintas histórias-trajetórias e saberes dos Guarani e Kaiowá.

Contudo, Silva (2013) aponta que os limites existentes na Geografia trabalhada nas escolas indígenas perpassam pela necessidade de se romper com algumas concepções e práticas pautadas na racionalidade científica. Essa situação se dá, em grande parte, devido à rigidez das disciplinas escolares - inclusive a Geografia - pautadas em modelos fechados e

mecanismos de controle, legitimados pelo discurso técnico-cientificista, considerados “racionalmente eficientes”.

Daí resulta o fato da Geografia, seja a oficial/acadêmica ou aquela produzida no interior das salas de aula (inclusive nas escolas indígenas), servir como aporte à elaboração de uma série de ideias e representações do mundo, negligenciando que o saber geográfico pode ser identificado a partir da vida real das pessoas (FERRAZ; NUNES, 2016).

Diante desta dificuldade ou limitação, neste texto, trazemos algumas considerações a partir de narrativas míticas Guarani e Kaiowá e relatos de mestres tradicionais e lideranças políticas destas etnias, visando criar aberturas, rasuras no ensino de Geografia instituído nos currículos das escolas indígenas. Assim, procuramos demonstrar que a Geografia, a partir da sua principal questão - o onde das coisas, sua localização e os processos a ela associados - é uma importante ferramenta para afirmação da identidade Guarani e Kaiowá, bem como para a luta pela retomada dos territórios tradicionalmente por eles ocupados.

Para isso, inicialmente, abordaremos os processos de criação das Reservas indígenas nos municípios de Amambai, Dourados e Caarapó destacando o contexto e as transformações espaço-temporais impostas pelo processo de territorialização precária a que os indígenas foram submetidos e as consequências para o modo de vida Guarani e Kaiowá.

Em seguida, buscando estabelecer diálogos e trocas entre a Geografia instituída nos currículos das escolas indígenas e os saberes indígenas, propomos aproximações com as narrativas do Mito da Origem do Cosmo. Nesse mito, identificamos possibilidades de tensionar os conteúdos presentes no livro didático de Geografia que é utilizado pelos professores das escolas das Reservas dos três municípios nos quais realizou-se a pesquisa que embasa este texto³.

A criação das Reservas indígenas nos municípios de Amambai, Dourados e Caarapó em Mato Grosso do Sul

No Brasil, os Guarani estão subdivididos em três grandes grupos: os Kaiowá, os Ñandeva e os Mby'a. De acordo com Brand (2004, p. 139), esses grupos apresentam historicamente características muito semelhantes, especialmente no que se refere à distribuição, quantidade de famílias, organização social, econômica, política e religiosa.

³ Trata-se da pesquisa “A Geografia na educação escolar indígena: reflexões a partir de Mato Grosso do Sul” que foi financiada pelo CNPq (Edital 14/2012 – Universal) e coordenada pela segunda autora do presente texto. Entre as produções resultantes desse projeto, está a tese de doutorado da primeira autora deste artigo que foi financiada pela Fundação de Apoio ao Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT).

Esses núcleos familiares eram relativamente autônomos, caracterizando-se pela constante mobilidade. Essa mobilidade, ao mesmo tempo em que se constituía em estratégia de manejo ambiental, evitando o esgotamento dos recursos naturais, era também importante recurso para a superação de conflitos internos decorrentes, entre outras causas, de acusações de feitiço e disputa políticas.

Apesar não haver consenso sobre quais seriam as principais características de cada subgrupo, Pereira (1999) organizou um quadro em que destaca algumas das características próprias de cada um, em especial no que diz respeito à relação com o território, sendo os Kaiowá os que detêm uma noção mais precisa do território, ocupado por uma parentela, ou conjunto de parentelas; os Nandeva por localizarem-se em diversas áreas do território, como por exemplo, nas áreas Kaiowá de Mato Grosso do Sul e Kaingang no sul do Brasil, não apresentam uma relação específica com o território; e o fato de os Mby'a construírem uma rota migratória bastante ampla, percorrida com certa regularidade por um conjunto de parentelas, dificulta a identificação deste grupo a um determinado território.

A primeira grande frente de ocupação dos territórios Guarani, em especial dos Guarani e Kaiowá do sul do então estado de Mato Grosso, ocorreu por volta do ano de 1882, empreendida pela Companhia Matte Larangeira no pós-guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Como destaca Brand (2004, p. 139):

As primeiras frentes não-indígenas adentraram pelo território kaiowá e guarani, a partir da década de 1880, após a guerra do Paraguai, quando se instala na região a Companhia Matte Larangeira. Esta Companhia, embora não questionasse a posse da terra ocupada pelos índios, nem fixasse colonos e desalojasse comunidades, definitivamente, das suas terras, foi, contudo, responsável pelo deslocamento de inúmeras famílias e núcleos populacionais, tendo em vista a colheita em novos e por vezes distantes ervais. Interferiu menos, ao que parece, na estrutura social interna dos Kaiowá e Guarani do que as iniciativas posteriores. Tampouco constituíram problema mais sério as primeiras fazendas de gado que no final do século XIX e início do século XX se instalaram nas regiões de campo entre Amambai, Ponta Porã e Bela Vista, pois, como já dito acima, os Kaiowá e Guarani localizavam suas aldeias, preferencialmente, nas regiões de mata.

Como o principal objetivo da Matte Larangeira não era a posse da terra, mas o monopólio da exploração da erva-mate, não houve maior incidência sobre o território dos Guarani e Kaiowá, que sofreram maior impacto posteriormente, com a criação da Colônia Agrícola de Dourados (CAND), no ano de 1943.

Como enunciado por Lourenço, (2008, p. 40):

Os índios Guarani, especificamente os da região de Dourados, sofreriam um maior impacto a partir da criação da Colônia Agrícola de Dourados (1943), sendo os habitantes da região do Panamby e do Panambizinho os mais diretamente afetados. A Colônia, assim como outras colônias agrícolas criadas no período, pelo governo Getúlio Vargas, tinha como objetivo primordial incorporar novas terras ao domínio do Estado brasileiro e aumentar

a produção dos produtos primários voltados para garantir o processo de industrialização vivido pelo País.

Uma das principais estratégias utilizadas para criação destas colônias agrícolas foi a criação de Reservas Indígenas, que estava intrinsecamente ligada à atuação do Sistema de Proteção ao Índio (SPI), que iniciou suas atividades na região da Grande Dourados no ano de 1915, período em que o monopólio da Cia Matte Larangeira sofreu a primeira quebra (BRAND, 2004).

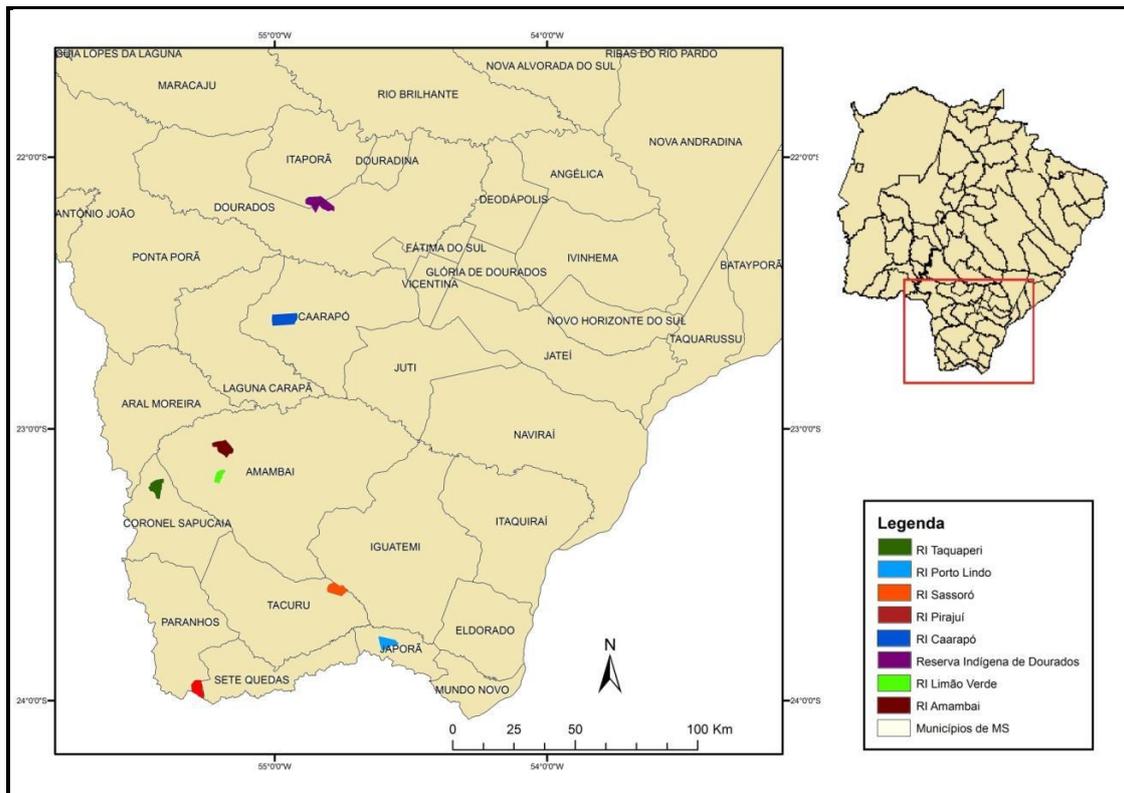
Cavalcante (2014, p. 2) realizou uma análise de fôlego acerca do trabalho de pesquisadores que têm se dedicado a compreender as consequências do processo de criação das Reservas para a vida dos Guarani e concluiu que a instituição do aldeamento imposta pela criação das reservas atendia principalmente a dois objetivos:

[...]1) liberar milhares de hectares de terras ocupadas pelos indígenas para a colonização agropastoril; e 2) submeter os indígenas ao controle do Estado sob a ótica assimilacionista da política indigenista de então. As reservas indígenas foram, portanto, importantes instrumentos para a concretização do *esbulho territorial imposto aos Guarani e Kaiowá durante o século XX* no sul do atual Mato Grosso do Sul (Grifos do autor).

Apesar da resistência dos Guarani e Kaiowá que procuraram de todas as formas manter a posse da terra que ocupavam, a maior parte das famílias teve suas terras expropriadas pelas frentes de ocupação agropecuária, e, sem outra opção, gradativamente foram cedendo às pressões dos proprietários de terra e dos funcionários do SPI, recolhendo-se em áreas de acomodação (PEREIRA, 2007).

É nesse contexto que, entre os anos de 1915 a 1928, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) “reservou” oito áreas de terras a serem demarcadas e homologadas como reservas indígenas no atual estado de Mato Grosso do Sul: Amambai, Dourados, Caarapó, Porto Lindo, Taquaperi, Sessoró, Limão Verde e Pirajuí (Figura 1).

Figura 1: Localização das reservas indígenas Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul



Fonte: Silva, S.R. (2018)

Para Brand (1993), a criação destas Reservas Indígenas deu “início a um amplo processo de confinamento compulsório dos índios Guarani e Kaiowá dentro das oito reservas de terras que lhe são destinados”, sendo que:

Entre os anos de 1915 e 1928, o Governo Federal demarcou oito pequenas extensões de terra para usufruto dos Kaiowá e Guarani, perfazendo um total de 18.124 ha, com o objetivo de confinar os diversos núcleos populacionais dispersos em amplo território ao sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul. Essas reservas, demarcadas sob a orientação do Serviço de Proteção aos Índios, SPI, constituíram importante estratégia governamental de liberação de terras para a colonização e conseqüente submissão da população indígena aos projetos de ocupação e exploração dos recursos naturais por frentes não indígenas. Ignorou-se, na sua implementação, os padrões indígenas de relacionamento com o território e seus recursos naturais e, principalmente, a sua organização social (BRAND, 1993, p. 69).

O conceito de confinamento formulado Brand (1993; 1997), como processo de recolhimento forçado da população Kaiowá nas áreas a ela reservadas pelo SPI, foi utilizado em muitos estudos realizados a partir de então.

Contudo, mesmo reconhecendo a contribuição da abordagem desenvolvida por Brand (1993;1997), optamos pelo conceito de área de acomodação proposto por Pereira (2007), o qual permite evidenciar aspectos importantes da dimensão espacial, econômica, política e principalmente cultural das figurações sociais kaiowá desenvolvidas nas reservas.

Em conexão com as ideias de Massey (2008), entendemos que considerar as reservas enquanto áreas de acomodação nos permite valorizar a existência das distintas histórias-trajetórias coexistentes nesse espaço que se fizeram e estão sempre sendo feitas, num processo de devir, nunca finalizado, nunca fechado. É inegável que a situação de reserva causou inúmeros problemas aos Guarani e Kaiowá, principalmente de ordem social, entretanto, esta relação está sempre em processo de fazer-se.

Isto porque, na situação de reserva, os Kaiowá passam a mobilizar todos os referenciais disponíveis no sentido de gerar formas organizacionais capazes de tornar viável a sobrevivência física e a construção de figurações sociais que, de alguma maneira, assegurem a continuidade de sua formação social. (PEREIRA, 2007, p. 7).

A Reserva Indígena de Amambaí foi a primeira a ser criada por meio do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Inicialmente, a área destinada por meio do Decreto Estadual n. 404, de 1915 era de 3600 ha. Contudo, antes mesmo de ser medida, teve sua área reduzida. No ano de 1926, o governo do então estado de Mato Grosso concedeu título definitivo de parte desta área a um particular. Assim, a Reserva Benjamin Constant, ficou com uma área de 2.429 ha.

Em substituição à área da Reserva de Amambai, titulada em favor de um particular, no ano 1928, através do decreto estadual 825/1928, o SPI criou a Reserva Indígena Limão verde, a quarta Reserva de Mato Grosso do Sul. Trata-se de uma área que inicialmente abrangia 900 (ha), mas que teve homologada apenas 668 (ha). Com solo bastante arenoso e infértil, ambas as Reservas estão localizadas no município de Amambai.

A perda da área inicialmente proposta pelo SPI, também caracteriza o processo de demarcação da segunda Reserva Indígena, localizada nos municípios de Itaporã e Dourados. Criada no ano de 1917, por meio do Decreto n.º 401 de 03/09/1917 recebeu o título definitivo de Reserva somente no ano de 1965. A área destinada para a Reserva Indígena de Dourados (RID) que abrangia inicialmente 3.600 (ha), nesse período já havia perdido 61 hectares para proprietários circunvizinhos, restando atualmente somente 3.539 (ha).

A Reserva Indígena José Bonifácio, localizada no município de Caarapó, criada através do Decreto Estadual n.º. 684, de 20 de novembro de 1924, abrangia inicialmente uma área de 3.600 (ha), mas teve suas terras reduzidas devido a pressões e invasões do entorno, contando atualmente com 3.594 hectares. A Reserva, que também é conhecida como Aldeia Te`yikue⁴, foi a terceira a ser criada pelo SPI, no então estado de Mato Grosso para atender a política fundiária de colonização e submissão dos indígenas ao controle do Estado sob a ótica política indigenista.

⁴ Em sua criação, a hoje aldeia Te`yikue, recebeu o nome de Posto Indígena José Bonifácio e mais tarde ficou conhecida por Reserva Indígena de Caarapó em virtude do nome do município em que se localiza.

Além da perda da área inicialmente demarcada, a complexidade com que se deu a criação dessas Reservas e as consequências para o modo de vida Guarani e Kaiowá - que até aquele momento viviam em amplo território de ocupação tradicional, produzindo geografias conforme seus modos próprios de organização - são temas de extrema relevância para a compreensão da atual configuração socioespacial destas comunidades.

A transferência dos Guarani e Kaiowá para dentro das reservas demarcadas acarretou em profundas transformações para a vida destas comunidades que tiveram seus espaços bruscamente reorganizados, não respeitando os padrões tradicionais existentes até aquele momento no interior de seus *tekoha*. Também provocou mudanças na economia, por meio da imposição do trabalho assalariado como forma de subsistência, além de alterações no sistema de chefias com o surgimento e fortalecimento da figura do capitão acarretando na deterioração da saúde e aumento da violência interna (BRAND, 1993).

A configuração de um novo padrão demográfico inviabilizou a manutenção das antigas formas de ocupação e uso dessas áreas, uma vez que a agricultura tradicional praticada pelos Guarani e Kaiowá implicava numa extensão de terras muito maior. Como consequência da diminuição da área mata, a prática da caça, da pesca e da coleta foi diminuindo gradativamente.

Diante desta situação e em consonância com a reflexão de Cavalcanti (2002, p.14), de que “o objetivo do ensino de geografia é o de formar raciocínios espaciais e formar esses raciocínios é mais do que localizar, é entender as determinações e implicações da (s) localizações [...]”, entendemos que esta disciplina escolar é, ou deveria ser, de fundamental importância, não somente para a compreensão dos alunos acerca das consequências resultantes da situação de reserva a que estão submetidos, como também para o fortalecimento da resistência ao processo imposto pelo SPI.

Na sequência, procuraremos, a partir da narrativa mítica do “princípio do Ser e do Ser Criador (*Jasuka*)”, propor alguns diálogos com os conteúdos da disciplina de Geografia no contexto das escolas indígenas.

***Jasuka* “princípio do Ser e do Ser Criador”: outras geografias a provocar rasuras no saber geográfico instituído**

As diferentes maneiras de conceber o mundo evidenciam uma das principais diferenças entre os povos indígenas e as culturas chamadas ocidentais. Entre os grupos Guarani, a explicação da origem e funcionamento do cosmo se dá, em grande parte, através de mitos.

Como outros povos, a comunidade kaiowá também procura explicar a origem e a destruição do mundo, dos seres humanos e dos outros seres, através de mitos. Resulta daí uma complexa cosmogênese que institui os sentidos da origem e do funcionamento do cosmo. Estes mitos são geralmente transmitidos para crianças e jovens pelas pessoas mais idosas da comunidade (CHAMORRO; CONCIANZA JORGE; PEREIRA, 2016, p.13).

No levantamento sobre esses mitos, percebemos que existe uma variedade de histórias que ora dão enfoque a um mesmo tema por meio de diferentes perspectivas, ora estabelecem conexões de sentido entre distintas histórias, a partir da interação de personagens, por vezes, presentes nas narrativas de outros mitos. Diante desta complexidade, daremos ênfase a um conjunto de mensagens nas quais identificamos a possibilidade de diálogo com os conteúdos de Geografia presentes nos currículos das escolas indígenas.

Grande parte dos relatos dos três subgrupos Guarani relacionam a origem do cosmo ao surgimento do ser primordial gerado e amamentado por uma substância feminina chamada *Jasuka*, “princípio ativo do universo”.

Em Schaden (1974), a *Jasuka* apresenta-se como princípio de emanção, sem personalidade humana ou divina, é a origem de todas as coisas, inclusive do Ser Criador, que surge, nasce e descobre-se a partir “Substância Mãe” e cresce mamando na flor, no seio, de *Jasuka*. Essa ideia aparece repetidamente nos cantos e relatos cosmogônicos. (CHAMORRO, 2008)

Esse ser primordial é conhecido entre os Guarani por diversos nomes, dentre os quais *Ñanderuvussu* e *Ñandejará*. Em algumas narrativas, *Ñanderuvussu/Ñandejará* não tem a companhia de uma figura feminina, mas identifica-se em alguns relatos que esta figura feminina conhecida como (*Jasukávy*) Nossa Mãe/ou nossa Avó surgiu do centro do *Ñandua* – (diadema feito de pena de tucano), usado ritualmente pelos homens. E do centro do diadema levantou a sua companheira *Jasukávy*.

A partir de então, teve início a criação da terra e do céu. Foram criados sete céus, sete níveis, enquanto círculos concêntricos. A terra foi criada sob a *Jasuka*, sobre a qual foi colocada duas varetas cruzadas (em formato de cruz) que deram origem aos quatro pontos cardeais nos quais foram colocadas quatro palmeiras pindó (*yva’y*) que, juntamente com a quinta palmeira (colocada junto a cruz) dão sustentação a terra.

Cada um dos pontos cardeais se transformou na moradia de uma divindade cocriadora, seres cuidadores da terra, os quais para Lima (2012) ajudaram *Ñanderuvussu*, a construir a terra.

No plano terrestre a visão cósmica Guarani baseia-se em dois eixos distintos, mas complementares: um vertical e outro horizontal. O plano vertical é representado pela hierarquia entre os diversos patamares celestes. No plano horizontal, a espacialidade terrestre tem como referência os pontos cardeais,

representados pelos quatro deuses principais que ajudaram Ñanderuvusu – Nosso Pai –, a construir a terra.

a) Norte é representado por Jakaira Ru Ete, deus da primavera, da neblina, que dá vida e abranda o calor, origem dos bons ventos, que cuida das plantas, especialmente do milho;

b) Leste é comandado por Karai Ru Ete, deus do fogo – é o espaço que dá acesso ao peito do dia arapyty'a, associado ao caminho do sol;

c) Oeste é comandado por Tupã deus das águas, do mar, das chuvas e trovões;

d) No Sul é Nãmandu, deus das palavras, representa a origem e o princípio do espaço tempo, ser criador da terra. (LIMA, 2012, p.84)

Jasuka é também o nome religioso simbolicamente atribuído ao cesto⁵, sobre o qual Ñanderuvusu/Ñandejará bateu com seu arco criando o homem - Ñanderu (Nosso pai). Ao bater uma segunda vez no cesto, dessa vez com uma taquara, deu origem a mulher - *Nandesy* (Nossa mãe)⁶.

Certo dia, Ñanderuvusu, que acabara de chegar da roça, teria pedido à sua mulher *Jasukávy*, que fosse colher o milho plantado. Essa, por sua vez, teria ficado irritada com a solicitação e não atendeu ao pedido de Ñanderuvusu, pois este tinha recém realizado a sementeira. Ofendido com a atitude da companheira, Ñanderuvusu decidiu deixar a terra⁷, indo para o primeiro dos sete céus. Mas como ele havia ficado muito contrariado, decidiu destruir a terra. Para conter essa destruição, *Jasukávy* começou a tocar o *takuapu*⁸ e entoar um cântico sagrado, dando início aos rituais entoados pelas músicas. Então, Ñanderuvusu/Ñandejara, mesmo com o pensamento mais tranquilo, resolveu ascender deixando a responsabilidade da terra para os homens (Ñanderu e Ñandesy).

A visão Kaiowá de origem do cosmo é assim apresentada por Mura (2006, p. 213):

Segundo os Kaiowa, o processo de criação do mundo teve início com Ñane Ramõi, que constituiu a si próprio a partir da *Jasuka*, uma substância originária, vital e com qualidades criadoras e geradoras. Do centro de seu *jeguaka* (cocar) ele fez surgir Ñande Jari (Nossa Avó) e, a seguir, criou os primeiros deuses, junto com os quais criou os espaços do Cosmo. Viveu sobre a primeira Terra (*Yvy Ypy*) por pouco tempo. Devido a um desentendimento com a esposa, subiu, sem morrer, para a sua morada atual, no patamar (*yváy*) mais elevado do Universo. Tomado de profunda raiva e

⁵ A importância do cesto-*Jasuka* se evidencia também no fato de as plantas do porongo e do bambu, de cujas lascas se fabrica o cesto, surgirem do orvalho, que é por sua vez símbolo de *Jasuka*. Dessas duas plantas surgiu a humanidade, homem e mulher, respectivamente. A primeira planta é o porongo. Dela se fabrica a maraca dos homens. Da mesma fonte nasce o bambu, do qual se fabrica o bastão de ritmo das mulheres. (CHAMORRO, 2008, p. 125)

⁶ "Nossa Mãe" é a protomulher e a protomãe de um novo ciclo narrativo, produzida sob a influência do Mito dos Gêmeos. Segundo Meliá (1989, p. 329): "O mito dos gêmeos preenche princípios de ordem metafísica, cósmica e de organização social que se expandiram há dois ou mais milênios, muito antes das ramificações dos subgrupos Tupi-Guarani [...] Comum a todos os guaranis da costa atlântica até a cordilheira boliviana [...] a estrutura e o idioma simbólico do mito são muito arcaicos e certamente pré-históricos."

⁷ Os relatos do desentendimento entre Ñanderuvusu e *Jasukávy* assumem as mais diversas formas, sendo que em alguns a personagem feminina está associada apenas à criação da Nossa Mãe *Nandesy*. Em outros como de Mura (2006), comparece a presença das duas figuras femininas sendo a *Jasukávy* (Nossa Avó) companheira de Ñanderuvusu (Nosso Avô) e a *Nandesy* (Nossa Mãe) companheira de Ñanderu (Nosso Pai).

⁸ O *takuapu* é um instrumento feito da *takuara*, que ao tocar o chão, produz um som, que de acordo com alguns relatos pode levar os indígenas ao transe. Para alguns rituais, o *takuapu* é acompanhado pelo *maraka* que é o instrumento do homem.

ressentimento causado por ciúmes, aborreceu-se (*ñemyrō*) e quase chegou a destruir a primeira Terra, sendo impedido por *Ñande Jari*, com a entoação do primeiro canto sagrado (*mboraheĩ*) realizado sobre esta parte do Cosmo, tendo como acompanhamento o *takuapu* – bastão de ritmo, feito de taquara, de uso feminino [...].

Ao subir ao céu *Ñanderuvussu* criou um espaço intermediário entre o primeiro céu e a terra. Esse espaço seria uma espécie de Purgatório. Para não cair nesse espaço, eles teriam que passar por uma ponte em formato de cobra. Assim, para que possam voltar ao Ser Primordial, alcançar a mesma ascensão de *Ñanderevussu*, os Guarani precisam passar por uma série de provas aqui na terra, para atingir a pureza, para não cair no Purgatório. O objetivo é que todos possam voltar ao Pai.

A organização da terra, a partir de então, ficou sob responsabilidade de Nosso Pai (*Ñanderu*) e Nossa Mãe (*Ñandesy*). E a partir do centro da terra (*yvy mbyte*), considerado o umbigo do cosmo⁹, espaço ocupado pelos Kaiowá, dá-se início à delimitação territorial dos seres. Para tal, foram criados elementos naturais (montanhas, climas, rios), responsáveis por delimitar a região de cada povo.

A partir do centro da terra, os Kaiowá pensam e organizam o mundo. O centro da terra é também a referência de manifestação dos eventos característicos do tempo primordial, *ymã gware*, quando, a partir da interação entre as divindades e os antepassados dos atuais kaiowá, o ambiente natural (clima, revelo, plantas, animais, astros, etc.) e o ambiente humano foi ordenado e colocado em funcionamento. (CHAMORRO, CONCIANZA JORGE E PEREIRA, 2016, p.16)

Assim, partindo da narrativa mítica, aqui entendida enquanto força potencializadora da compreensão das relações estabelecidas entre os Guarani e Kaiowá no espaço reserva e sua relação com os mais diversos lugares em que a vida acontece, é possível propor diálogos com os conteúdos da disciplina de Geografia no contexto das escolas indígenas.

Não se pretende, com isso, negar a importância da Geografia instituída enquanto uma das disciplinas a serem trabalhadas nas escolas públicas em todo território brasileiro, assim como nas escolas indígenas, presentes nas mais diversas comunidades tradicionais deste país. Também não objetivamos propor a “conteudização” de saberes e conhecimentos tradicionais na tentativa equivocada de igualar a educação indígena à educação escolar indígena, incorporando valores e saberes tradicionais (forças de resistências) ao controle e disciplinarização da escola.

Ao contrário, propomos tensionar, rasurar aos conteúdos estabelecidos a partir de políticas públicas expressas nos currículos e materializada nos livros didáticos elaborados

⁹ Para os Kaiowá, no entanto, o “centro da terra” é o umbigo do mundo, uma espécie de “éden”, lugar onde a história humana começou. O “centro da terra” é, ainda hoje, ponto significativo na orientação espacial desse grupo. (CHAMORRO, 2008, p.162)

com base em um modelo conhecimento hierárquico que objetiva garantir a organicidade do funcionamento do conhecimento socialmente acumulado.

Neste sentido, pensamos ser possível “tornar” os conteúdos formalmente instituídos na Geografia escolar, distribuídos e, muitas vezes, ensinados de maneira fragmentada, em algo politicamente agenciado com força a estabelecer a narrativa mítica enquanto linhas de fuga, capazes de desterritorializar o saber colonial/ocidental, potencializando a existência de outras geografias.

O agenciamento do conceito guarani de habitar o centro da terra (*yvy mbyte*) contido no mito *Jasuka*, por exemplo, pode ser trabalhado a partir e/ou por dentro de conteúdos propostos na segunda unidade do livro didático do 6º Ano¹⁰: Universo e planeta Terra, movimentos orientação e representação. Não se vislumbra, com isso, apenas incorporar outros saberes aos conteúdos curriculares, tão pouco negar o que já está colocado e instituído, mas agenciar outros saberes, enquanto potências a rasurar os conteúdos da Geografia escolar, potencializando outras geografias não percebidas ou aceitas pela escola.

O conceito guarani de habitar o centro da terra desdobra-se em outros relatos, como os recolhidos na Terra Indígena Panambizinho, apresentados por Chamorro (2016):

1- No lugar onde vivia com a sua família, *Jakaira Gwasu* pegou na sua mão um pouco de pó da terra, o soprou e a futura terra começou a se esticar. Para viver sobre ela, ele a esticou, para ter um lugar onde por seus pés, ele tentou fazer a terra. Mas a futura terra não era totalmente firme, era uma camada muito fininha e fofa.

2 - Então ele misturou pedra com a terra e pisou novamente sobre a futura terra e percebeu que ela ainda não estava bem dura e firme. Então colocou no meio da futura terra um pouco de terra roxa e encimou quatro camadas. Depois de esticar esta nova massa, ele pisou novamente sobre a futura terra e percebeu, com os demais Seres que tinham ido observar sua criação, que a futura terra já estava bem dura e firme (CHAMORRO, CONCIANZA JORGE E PEREIRA, 2016, p.14-15).

Os Guarani e Kaiowá, habitantes do centro da terra, são predestinados a cuidar da terra por eles considerada enquanto extensão de seus corpos: “(...) pegou na sua mão um pouco de pó da terra, o soprou e a futura terra começou a se esticar. Para viver sobre ela, ele a esticou, para ter um lugar onde por seus pés, ele tentou fazer a terra”. Mas a futura terra só ficou firme quando foi colocada terra roxa na mistura. O latossolo vermelho é próprio da área ocupada pelas comunidades Kaiowá da Região denominada *Ka’agwyrusu*, da qual Panambizinho faz parte, daí a importância destes povos em ocuparem seus antigos *tekoha*.

Os Kaiowá reconhecem a correlação entre propriedades do solo e aspectos da vegetação. São detentores de conhecimentos teóricos e práticos que permitem a classificação dos tipos de solo segundo sua coloração, características físicas (textura e estrutura) e químicas. A cobertura vegetal, a

¹⁰ Trata-se da coleção “Geografia Homem e Espaço” (LUCCI & BRANCO, 2012) que é utilizada na maioria das escolas indígenas pesquisadas.

coloração e a concentração de matéria orgânica são tomadas como signos para identificar atributos de fertilidade do solo. Este conhecimento é instrumentalizado especialmente na escolha dos solos para a agricultura, na eleição das espécies e variedades mais apropriadas para o cultivo em cada tipo de solo e na definição das técnicas mais adequadas para garantir uma boa produção. O conhecimento da relação, os tipos de solos e os recursos faunísticos e florísticos permitem também associar maior concentração de determinados animais ou plantas nativas a determinadas regiões, o que auxilia as atividades de caça e coleta (PEREIRA, 2016, p. 69-70).

As características do solo, em sua maior parte constituído de grandes extensões de latossolos de texturas que variam de média a muito argilosa, com fertilidade facilmente corrigida pela adubação e calagem e o predomínio de relevos altamente favoráveis à mecanização, são elementos a serem considerados, uma vez que, a partir da década de 1970 a perda dos territórios tradicionais Guarani e Kaiowá, que teve início com processo de incorporação da terra pela frente de ocupação agropecuária, é acentuada, em virtude do processo da chamada “modernização da agricultura¹¹”.

A ocupação agropecuária e a expansão agrícola para o cerrado são conteúdos presentes no capítulo 14 do livro didático 7º ano, intitulado O espaço socioeconômico do Centro-Sul. Mas, apesar de apresentar uma análise sobre a estrutura fundiária brasileira pautada na concentração de terras e a importância da produção familiar para produção de alimentos consumidos pelos brasileiros, chama atenção a racionalidade do discurso da modernização que acaba por subsidiar grande parte das análises:

Geralmente as famílias de agricultores não possuem recursos para manter sua atividade, pelas dificuldades em conseguir capital suficiente para modernizar a sua produção e aumentar a produtividade. Com isso, não conseguem vender seus produtos a preços competitivos.

A agricultura familiar pode se tornar mais competitiva por meio da reunião das famílias ou pequenos proprietários rurais em cooperativas agrícolas. Desse modo, os agricultores têm maiores possibilidades de conseguir financiamento bancário. Podem comprar equipamentos e máquinas agrícolas e utilizá-los em conjunto, contar com técnicos especializados, construir silos para armazenar a produção, comprar máquinas para o beneficiamento agrícola. Assim podem comercializar suas mercadorias com valores melhores, em vez de vender apenas matéria prima agrícola (LUCCI; BRANCO, 2012, p. 197.).

O discurso da modernização presente no livro é incompatível com a economia de reciprocidade própria dos Kaiowá. Porém, permite ao professor o agenciamento de outras potências para a compreensão das circunstâncias históricas atuais em que os Guarani e Kaiowá são chamados a participar na economia regional, principalmente enquanto agricultores, pelo trabalho que realizam nas fazendas e usinas de cana-de-açúcar, ou até mesmo no arrendamento de parte de suas terras para o plantio de soja¹².

¹¹ A esse respeito ver Cavalcante (2013) e Mota (2015).

¹² No ciclo da soja, os problemas de terra deslocam-se para o interior da Reserva [...] provocou concentração da já pouca terra dentro da Reserva [...] então, além do loteamento imposto, instaura-se uma disputa por lotes cada vez maiores por parte dos índios que adotam a mecanização (BRAND, 1993, p. 174).

Em parte, isso é devido ao fato de o sul de Mato Grosso do Sul ter na agricultura uma de suas principais atividades econômicas. Entretanto, o trabalho que realizam nas fazendas e usinas de produção de açúcar e álcool está orientado para finalidades distintas daquelas desenvolvidas no interior de suas reservas. No primeiro caso, estabelece-se um contrato de prestação de serviço por um determinado número de dias de trabalho, pelo qual recebem uma remuneração em dinheiro. No segundo caso, o trabalho está inserido em uma economia de reciprocidade, diretamente relacionada ao conjunto da organização social. Estes dois modelos têm importantes implicações nas formas de distribuição dos recursos produzidos pelo trabalho. Segundo a lógica kaiowá, o trabalho remunerado e o trabalho interno se inserem em modos de produção incompatíveis: o primeiro está inserido na lógica de subordinação e dependência em relação ao estado nacional, de acordo com as relações de trabalho características do modo de produção capitalista; o segundo remete à autonomia que os Kaiowá tentam, em alguma medida, assegurar entre seus pares através de sua economia de reciprocidade (PEREIRA, 2016, p.78).

Mas a inserção das relações de trabalho características do modo de produção capitalista é também utilizada como estratégia para que, de alguma maneira, os indígenas possam assegurar entre seus pares a economia de reciprocidade.

Nas trocas internas, muitas vezes, o prestígio e as relações de compromisso, baseadas no parentesco e na aliança política, acabam interferindo no preço dos produtos, inserindo concepções da economia de reciprocidade, próprias dos Kaiowá, nas trocas comerciais de tipo capitalista. Atualmente, os produtos que mais circulam nas trocas entre parentes e amigos são aparelhos de som, celulares, bicicletas e motos (PEREIRA, 2016, p.45).

A economia de reciprocidade pode ser utilizada enquanto potência a tensionar a invisibilidade Guarani e Kaiowá, em detrimento dos grandes produtores agropecuários presentes no livro didático (Figura 2), que ao abordar a expansão agrícola para o cerrado ignorou a presença destes povos nessa porção do território.

Figura 2: Expansão agrícola para o cerrado



Fonte: LUCCI, Elian A.; BRANCO, Anselmo. Geografia homem e espaço – 7º ano, 2012, p.198-199.

Ao se desconsiderar as consequências desse processo de esbulho territorial e o processo de confinamento compulsório dos Guarani e Kaiowá nas reservas indígenas criadas pelo SPI, é negado aos alunos a compreensão da importância da luta pela retomada dos territórios em suas várias modalidades de resistência, utilizadas enquanto estratégias para assegurar o acesso aos recursos necessários à reprodução do modo de ser e viver Guarani e Kaiowá.

A racionalidade que subsidia o discurso dos defensores da “modernização da agricultura” é utilizada para proteger os interesses dos proprietários de terra e do Estado, fundamentada na lógica da propriedade privada da terra e na ideologia do “desenvolvimento”.

Neste contexto, o mito *Jasuka*, apresenta-se enquanto importante conhecimento para questionar o discurso de desenvolvimento econômico difundido pelos defensores do agronegócio, cuja monocultura realizada em grandes porções de terra destina-se à exportação de *commodities* (de cana-de-açúcar, milho e soja).

Ao abordar o desentendimento entre *Ñanderuvussu* e *Jasukávy*, o mito evidencia que o plantio do milho é herança do nosso Pai (*Ñanderuvussu*) e nossa Mãe (*Jasukávy*). “Sendo os povos guarani profundamente marcados pela cultura do milho, esse cereal simboliza a dependência que eles têm da natureza. No milho, eles encontram a metáfora de si mesmos e das divindades” (CHAMORRO, 2008, p. 27).

Diante disto, é possível ao professor, o agenciamento de alguns rituais relativos à economia Kaiowá da reciprocidade, como por exemplo, a festa do milho *avatikyry*, em

contraponto à racionalidade do agronegócio, amparado pela ideologia da propriedade privada, subsidiada pela acumulação, lucro e expansão.

Como outros grupos falantes de línguas guarani, os Kaiowa são profundamente marcados pela cultura do milho, e o *avatikyry* é um modo de ritualizar sua dependência desse vegetal. A festa do milho novo é celebrada anualmente em janeiro ou fevereiro, quando é servida aos indígenas a bebida de milho, chicha ou kagui. Atualmente, este ritual é o mais importante ato religioso Kaiowa. Ele mantém a memória de uma economia de reciprocidade, que teimosamente lembra ao império de uma economia de mercado outras possibilidades de produção e consumo. Esta festa é uma forma de autoconsciência coletiva, capaz de reunir a família em sua totalidade, inclusive seus membros mais distantes (CHAMORRO, 2015, p.183-184).

A perda dos territórios acarretou no quase abandono do cultivo do milho *avaty*, uma vez que este era plantado em solo fértil e em meio à mata. “Após a primeira colheita de milho, são introduzidas culturas como a mandioca, o amendoim, a batata, a banana, etc., menos exigentes em termos de cuidados com a limpeza da área, pois, a partir do primeiro ano, começa a aumentar a infestação de plantas daninhas” (PEREIRA, 2016, p.102);

O roçado novo é local ideal para o Kaiowá plantar o milho branco com um bom rendimento, pois a planta é exigente em termos de solo. A planta possui hastes longas e finas, necessitando de proteção contra o vento, responsável pelo tombamento da planta. Assim, a floresta que margeia a nova roça fornece a proteção ideal de quebra-vento. Além disto, a roça deve ficar longe de outras plantações de milho de variedades híbridas, evitando a troca de pólen e o cruzamento indesejado. Nas atuais reservas, é muito difícil dispor de áreas apropriadas para plantar milho branco, mas as famílias de alguns rezadores ainda insistem em cultivá-lo (PEREIRA, 2016, p.102).

Além da diminuição do cultivo do milho *avaty*, esse processo acarretou inúmeras transformações para as comunidades Guarani e Kaiowa, tais como, dispersão das famílias e consequente dissolução dos vínculos de sociabilidade que cimentavam as relações de muitas comunidades. Para Pereira (2007, p. 5) “O processo de retirada das comunidades dispersas por todo esse imenso território de ocupação tradicional durou décadas, e está em curso até hoje”. Consequência de estratégia governamental de liberação das terras para a colonização, esta disputa vem se transformando numa tragédia de dimensões inimagináveis, com repercussão internacional.

Fundamentado na acumulação, monocultivo, trabalho assalariado, uso intensivo de agrotóxicos e na produção em grande escala, esse modelo é responsável diretamente pela luta dos Guarani e Kaiowá que vivem em acampamento-*tekoha* entendidos por Mota (2015, p. 185) “enquanto territórios construídos por práticas descoloniais, de contestação e insatisfação à condição de Reserva, com estratégias múltiplas de resistências”.

Um desses acampamentos-*tekoha* é *Apyka'ĩ*¹³, localizado às margens da BR 463, no trecho que liga o município de Dourados a Ponta Porã, onde mora Damiana, guerreira e líder Kaiowá. As famílias que lá vivem não possuem eletricidade e acesso à água potável e diante da impossibilidade da prática da agricultura, esta comunidade está condicionada a doações esporádicas e a dependência de programas assistenciais do governo (auxílio maternidade, cestas básicas).

Mas, para dona Damiana, não há dor maior do que não poder estar próxima aos seus parentes mortos e enterrados no que chama de cemitério antigo, localizado no *tekoha Apyca'ĩ*, apropriado pelo proprietário da fazenda Serrana, atualmente arrendada para usina São Fernando.

Isso daqui não é de fazendeiro, isso daqui não é de arrendatário. Esse aqui é o nosso *tekoha*. Meu pai cemitério está lá. Cacique *Ñanderu* está lá. Então minha tia aqui ficou enterrada, fazendeiro não deixou enterrar lá [referindo-se ao cemitério localizado no *tekoha*], e ninguém não é cachorro não para enterrar aqui [apontando para o corpo de sua tia enterrado as margens da rodovia]. Para isso nós temos nosso *tekoha*, minha tia ficou aqui na beira da rodovia, muitos levou muito tiro e ficou lá né. [no antigo acampamento *apyca'ĩ* de onde foram despejados]. Assim triste né, já perdeu muito guerreiro: Gabriel Lopes Sidney Magno, Cleyton, Agnaldo, Eginaldo. Só que ficou um pouquinho meu coração dói pra mim. Imagina você enterrar seu parente uns lá no *tekoha* e minha tia aqui isso dói. Guerreira mulher. Mas nós vamos resistir, não vamos desistir. Principalmente seu Ilário e dona Alzira foi envenenada, fazendeiro jogou veneno de avião. Sidnei foi atropelado pelo caminhão da usina, Vagner também foi atropelado, Gabriel de quatro anos também. E os motoristas nunca prestaram socorro. Reginaldo a nuca caiu longe do corpo, foi muito triste, todos enterrados lá no *tekohá*, e minha tia quer ficar lá também. Só que o fazendeiro não sabe onde tem cemitério velho antigo, todos enterrados lá, só minha tia que ficou aqui na beira da rodovia. (Dona Damiana, liderança Kaiowá, em entrevista concedida em 15/12/2017)

Conforme percebemos pelo relato de Dona Damiana, com os intensos conflitos existentes, os mortos atualmente estão sendo enterrados às margens da rodovia (Figura 3), causando sofrimento aos parentes que ali lutam para retornar ao seu *tekoha*.

¹³ Desde 1999 os indígenas estão reivindicando perante o Estado brasileiro o *tekoha Apyka'ĩ*, vivendo numa das mais graves situações de direitos humanos do mundo.

Figura 3: Cemitério às margens da rodovia BR 463 no acampamento-*tekoha* *Apyka'i*

Fotos: Silva, S.R (2017) e *site* “desacato.info” (acesso em 2018).

Ameaçada constantemente, Dona Damiana diz que a qualquer momento pode se tornar mais uma vítima do genocídio, mas que isso não a deixa triste, pois um dia seus parentes retornarão ao *tekoha* e a levarão para viver junto com demais mortos enterrados no antigo cemitério. A partir deste relato, fica evidenciado que mais do que retomar uma terra, voltar ao *tekoha*, é voltar para junto dos seus.

Aqui, a luta pela retomada dos territórios ganha respaldo quando no mito da *Jasuka*, evidencia-se a busca e a luta dos Kaiowa para voltar ao Ser Primordial (alcançar a mesma ascensão de *Ñanderuvussu*) que pode estar relacionada com a procura pela Terra sem Males, seja pela visão que atribui características semelhantes às áreas por eles tradicionalmente ocupadas, ou pela dimensão cosmológica mais ritualizada e/ou religiosa, na qual é necessário manter os princípios do modo de ser e viver tradicional para alcançar este espaço sagrado. Ambas as perspectivas estão diretamente relacionadas à necessidade e/ou importância destes povos em ocupar os seus *tekoha*.

(1) o fato de a “terra sem males” almejada pelos diversos grupos guarani apresentar características ecológicas e econômicas semelhantes às das áreas ocupadas por eles no passado; (2) o fato de os Mbyá acreditarem que a “terra sem males”, a do além, eles só alcançarão se viverem aqui e agora conforme o sistema guarani, tanto econômica como celebrativamente; (3) o fato de ela se configurar na imaginação dos indígenas como uma grande aldeia inserida numa imensa mata. Para os Kaiová, dada a cruel experiência da falta de lenha em algumas áreas, a terra de tempo-espaço perfeito é um lugar com bastantes árvores que, derrubadas, caíam ao chão já feitas lenha

boa, da qual não sai fumaça, só brasa e chama [...] (CHAMORRO, 2008, p. 217).

Assim, a narrativa do mito *Jasuka*: o Princípio do Ser e do Ser Criador torna-se potência à compreensão da luta pela retomada dos territórios tradicionalmente ocupados pelos Guarani e Kaiowá, uma vez que, a partir dos diferentes relatos presentes neste mito, é possível agenciarmos outros referenciais de localização em que o bem-viver Guarani e Kaiowá esteja intrinsecamente ligado aos tempos primeiros que sustentam os acontecimentos do passado recente e da história do tempo presente. O mito e a história de vida se entrelaçam, as temporalidades se justapõem.

Os Kaiowá consideram que, na situação histórica atual, estão destituídos de seus xamãs poderosos. Os antigos xamãs seriam capazes de curar, ressuscitar, fazer as plantas crescerem e produzirem bem, fazer aparecer caça, etc. Por isso se sentem como órfãos no mundo atual, francamente desfavorável às práticas sociais características de suas comunidades étnicas. Na situação atual, buscam emprestar do branco — *kurai* — instrumentos que lhes permitam produzir e viver, mesmo que seja uma existência imperfeita. Mais do que nunca, a terra é, atualmente, um lugar de breve passagem (PEREIRA, 2016, p. 116).

Portanto, a aproximação com a narrativa mítica possibilita não somente a compreensão das relações cosmológicas destas etnias, mas, sobretudo, permite o entendimento da situação de reserva a que os Guarani e Kaiowá estão submetidos e as relações de poder que envolvem o conflito entre indígenas e os proprietários de terras no estado de Mato Grosso do Sul, iniciado com processo de retirada das comunidades dispersas por todo esse imenso território de ocupação tradicional e que está em curso até os dias atuais.

Considerações finais

Neste texto, procuramos demonstrar que a Geografia, a partir da sua principal questão - o onde das coisas, sua localização e os processos a ela associados - é uma importante ferramenta para afirmação da identidade Guarani e Kaiowá, bem como para a luta pela retomada dos territórios tradicionalmente por eles ocupados.

A aproximação entre os conteúdos curriculares da Geografia presentes nas escolas indígenas e os saberes e conhecimentos tradicionais Guarani e Kaiowá, realizada a partir do agenciamento da narrativa mítica, promoveu rasuras nas concepções estabelecidas pela Geografia escolar institucionalizada, apontando outros sentidos de orientação e localização, portanto, outras geografias possíveis.

De maneira geral, o agenciamento aos vários aspectos do fluido vital “*Jasuka*”, descrito como “o desabrochar de uma flor”, potencializa não somente a compreensão das

relações cosmológicas destas etnias, mas também permite o entendimento da luta diária destes povos, seja os que resistem em situação de reserva, nas periferias da cidade, nos acampamentos de retomada ou em parte dos seus territórios tradicionais demarcados.

Referências

BRAND, Antonio Jacó. **O confinamento e o seu impacto sobre os Pai-Kaiowá**. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowa/Guarani**: os difíceis caminhos da Palavra. 1997. 382 p. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. **Tellus**, Campo Grande, ano 4, n. 6, p. 137-150, abr. 2004.

_____. Considerações sobre Território para os Kaiowá e Guarani. **Tellus**, Campo Grande, ano 8, n. 15, p. 153-174, jul./dez. 2008.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, Território e Territorialidade**: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul. 2013. Tese (Doutorado em História) – UNESP, Assis-SP.

_____. Demarcação de terras indígenas kaiowá e guarani em Mato Grosso do Sul: histórico, desafios e perspectivas. **Fronteiras**: Revista de História - PPGH/FCH/UFGD, Dourados,. v. 16, n. 28 (2014), p. 48-69.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na escola**. Campinas: Papirus, 2012.

CHAMORRO, Graciela. **Terra madura, yvy araguyje**: fundamento da palavra guarani. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008. 368p.

_____. **História kaiowa**: das origens aos desafios contemporâneos. São Bernado do Campo: Nhanduti Editora, 2015, 320, p.

CHAMORRO, Graciela; JORGE, Misael Concianza; PEREIRA, Levi Marques. Kaiowa *mombe'upy nhemohemby py rehegwa* - relatos da cosmogonia kaiowá: implicações no campo linguístico e na produção da vida social. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 10-33, jan./jun. 2016.

FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira; NUNES, Flaviana Gasparotti. Linguagens geográficas: o de fora, o corpo e o aluno. IN: PORTUGAL, Jussara Fraga; OLIVEIRA, Simone Santos de; RIBEIRO, Solange Lucas. (Orgs.) **Formação e docência em geografia**: narrativas, saberes e práticas. Salvador: EDUFBA, 2016. 487p.

LIMA, Salvadora. **Concepções de natureza e território na visão dos professores guarani da escola indígena de Dourados/MS**. 2012. 211p. Tese (Doutorado em Geografia). Goiás. Universidade Federal de Goiás.

LOURENÇO, Renata. **A política indigenista do estado republicano junto aos índios da reserva de Dourados e panambilinho na área da educação escolar (1929 a 1968)**. Dourados: Ed. UEMS, 2008. 248 p.

LUCCI, Elian Alabi; BRANCO, Anselmo Lazaro. **Geografia Homem e espaço**. 7º Ano. São Paulo: Saraiva, 2012.

MASSEY, Doreen Barbara. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MELIÁ, Bartomeu. A experiência religiosa guarani. In: MARZAL, Manuel M. *et al.* (Orgs.). **O rosto índio de Deus**. São Paulo: Vozes, 1989. p. 293-357.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowa: da territorialização precária na Reserva Indígena de Dourados à multiterritorialidade**. 2011, 406, p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFGD, Dourados – MS.

____. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e as lutas pela Des-colonização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekoha – Dourados-MS**, 2015. 313 p. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT, UNESP, Presidente Prudente-SP.

MURA, Fábio. **À procura do “bom viver” Território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa**. 2006, 507, p. Tese (Doutorado em Antropologia) Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional - UFRJ, Rio de Janeiro-RJ.

PEREIRA, Levi Marques. 1999. **Parentesco e organização social Kaiowa**. 251 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – IFCH, UNICAMP, Campinas.

____. **Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Guyraroká**. Brasília: Fundação Nacional do Índio, 2002.

____. **Imagens kaiowá do sistema social e seu entorno**. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

____. Mobilidade e processos de territorialização entre os Kaiowá atuais. **Revista História em Reflexão**: Vol. 1 n. 1 – UFGD - Dourados Jan/Jun 2007.

____. **Os Kaiowá em Mato Grosso do Sul: módulos organizacionais e humanização do espaço habitado**. Dourados MS: Ed. UFGD, 2016. 127 p.

SANTOS, Douglas. **O ensino da Geografia e o direito à escola e ao conhecimento**. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.olharesgeograficos.com.br>. Acesso em: 20/02/2017.

SCHADEN, Egon. **Aspectos fundamentais da cultura guarani**. 3. ed. São Paulo, EPU/EDUSP, 1974.

SILVA, Solange Rodrigues da. **A Geografia na educação escolar indígena: limites e possibilidades para a construção da educação Intercultural**. 2013. 143 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCH, UFGD, Dourados, MS.

____. **Ensino de Geografia e educação escolar indígena: da interculturalidade a outras imaginações espaciais**. 2018. 333 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS.

Sobre os autores

Solange Rodrigues da Silva – Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Docente na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0002-2231-3783>.

Flaviana Gasparotti Nunes – Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Pós-doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pela Universidade de Buenos Aires. Docente na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0002-7512-453X>.

Como citar este artigo

SILVA, Solange Rodrigues; NUNES, Flaviane. Conflitos territoriais e racionalidades divergentes: contribuições da geografia escolar para luta e (re) existência dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul. **Revista NERA**, v. 23, n. 52, p. 110-132, dossiê, 2020.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelas autoras. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. As autores **Solange Rodrigues da Silva** e **Flaviana Gasparotti Nunes** ficaram responsáveis pelo desenvolvimento teórico-conceitual; pela aquisição, interpretação e análise de dados e pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 12 de agosto de 2018.

Aceito para a publicação em 11 de agosto de 2019.
